

INTRODUÇÃO

Num dos primeiros estudos sobre literatura colonial portuguesa, Pires Laranjeira afirma que “A ‘literatura colonial’ relacionada com a África sob domínio português tem um sentido (...) estritamente ideológico: surge, expande-se e domina a circulação literária relativa às colónias enquanto elemento escrito preponderante da conformação da visão colonial e colonialista sobre espaços, povos e culturas tidos como simultaneamente inclusos na pátria portuguesa, mas aos quais não eram reconhecidos direitos de igualdade em relação aos da chamada metrópole (Portugal continental),” acrescentando que, “Subjaz a tal literatura a ideia de portugalidade” (1997-98, 72). Historicamente esta literatura nasce da “intervenção do Estado,” obedecendo “a um projecto político de incentivar a portugalização da produção cultural relativa às colónias” (Laranjeira, 1997-98, 74). O primeiro passo foi a criação, pelo Ministério do Ultramar, da Agência Geral das Colónias em 1924, posteriormente designada de Agência-Geral do Ultramar. Entre outros objectivos, a Agência-Geral promoveu a produção de uma literatura colonial para um público maioritariamente desconhecedor, e desinteressado, das possessões portuguesas em África. Daí que, logo em 1926, no *Boletim da Agência Geral das Colónias* se faça a sua apologia no intuito de “interessar a maioria, especialmente a mocidade, os que lêem, os que sentem ânsia de saber, no conhecimento do valor, do que podem vir a ser e são as nossas colónias” (1926, 169).

Passado quase um século desde a publicação destas palavras no *Boletim*, a literatura colonial parece sofrer do mesmo mal, sendo que é um dos géneros literários sobre o qual os estudiosos académicos menos têm dedicado a sua atenção crítica e analítica. A lista de factores que podem ser indicados como razão de tal desinteresse, desconhecimento, ou mesmo, por vezes, um certo desprezo intelectual, pode ser consideravelmente extensa. Mencionaremos aqui apenas alguns. Um deles tem a ver com o facto de esta literatura se situar nas margens da instituição literária metropolitana, ou seja, nunca ter sido considerada como grande literatura ou entrado para o cânone. A falta de acessibilidade às obras produzidas num momento histórico específico (aproximadamente entre 1930-1974) uma vez que muitas das suas edições não foram reproduzidas e, por isso, esquecidas nas prateleiras do tempo, terá contribuído para esta espécie de amnésia literária. Porventura uma das principais razões é-nos oferecida pelo académico que mais se tem dedicado ao estudo desta literatura, Francisco Noa, e cuja obra é incontornável para quem se quiser iniciar nos caminhos desconhecidos da mesma. Logo na primeira página do seu livro de referência *Império, Mito e Miopia. Moçambique como invenção literária*, Francisco Noa refere: “Na verdade, a referência à literatura colonial, pelo peso histórico do termo ‘colonial’—o distanciamento temporal não é, ainda, suficiente para assegurar em muitos espíritos a indispensável serenidade para analisar um fenómeno do qual ou fizeram parte, direta ou indiretamente, ou são dele produto—remexe, de imediato, com sensibilidades, desperta crispções, dúvidas, fantasmas, sinais de desconforto e de inquietação” (2015, 15). O presente número da *Portuguese Cultural Studies* dedicado à literatura colonial portuguesa surge não apenas da intenção de despertar desconfortos e inquietações necessários a qualquer avanço no campo dos estudos literários, como também de retirar do abandono das prateleiras, públicas ou privadas, uma escrita que faz parte do legado do passado colonial e cuja contribuição para o seu endendimento não deverá ser descuidada. Segundo Inocência Mata, “A literatura colonial constitui uma das representações d[a] chamada “vocalção atlântica,” [portuguesa] que se confunde com vocalção imperial, nas suas diferentes realizações territoriais (de Angola, da Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe) (...)” (2016, 91). A literatura colonial configura-se assim como um conjunto de textos que “[se] destacavam pela tónica no

louvor imperial e na informação conciliada com o tom de reportagem e a divulgação territorial do império” (Mata, 2016, 95). Problematizar esta literatura, que pode ser entendida na sua definição basilar como “sendo toda a escrita que, produzida em situação de colonização, traduz a sobreposição de uma cultura e de uma civilização manifesta no relevo dado à representação das vozes, das visões e das personagens identificadas com um imaginário determinado” (Noa, 2015, 20), e na qual “(...) a viagem é um elemento muito importante na trama narrativa porque revela um aspecto definidor: a alteridade em relação àquele mundo (geografia, natureza e gentes, enfim, elementos fundamentais de identidade)” (Mata, 2016, 96), revela-se igualmente como espaço central dos artigos incluídos neste volume. Escritos em língua portuguesa e inglesa, os artigos aqui incluídos abordam a literatura colonial portuguesa de diferentes ângulos e perspectivas, confirmando a sua riqueza textual e problematizando uma literatura que funciona como “um sistema representacional hierarquizador caracterizado, de modo mais ou menos explícito, pelo predomínio, num espaço alienígena, de uma ordem ética, estética, ideológica e civilizacional, neste caso, vincadamente eurocêntrica” (Noa, 2015, 20). De algum modo, este número configura-se igualmente como uma resposta ao apelo já distante no tempo de Francisco Noa de que “falar hoje em literatura colonial constituirá, com certeza, um empreendimento de certo modo espinhoso, com algo de temerário à mistura, mas que se impõe como exercício necessário e inadiável” (15).

Não adiando mais o inadiável, no artigo de Sandra Sousa, “Ambiguidades luso-tropicais em Rodrigues Júnior,” poder-nos-emos deter em mais detalhe sobre as razões do esquecimento desta literatura, ao mesmo tempo que revisita um dos escritores mais prolíficos da literatura colonial, Rodrigues Júnior (1902-1990). Outros factores são igualmente mencionados no artigo de Fátima Mendonça que indica que nem a literatura portuguesa, com a qual os textos produzidos em contexto colonial “poderiam partilhar de um destino comum, parece interessada em os reivindicar.” Sousa, no entanto, recorre à análise de dois romances de Júnior, produzidas em duas décadas diferentes, diferença esta que remete ainda para as práticas coloniais do Estado Novo, *Sebura* (1944) e *Muende* (1960), no intuito de investigar as ambiguidades das relações sociais e raciais no Moçambique colonial retratadas nestes romances. O artigo centra-se ainda na literatura colonial como ferramenta para desmistificar uma visão lusotropicalista do império colonial português que teima em se manifestar nos planos discursivo e comportamentamentais na sociedade portuguesa contemporânea. Mendonça, por outro lado, concentra-se, em parte como o próprio título indica, “As donas da Zambézia na ficção narrativa: da imaginação colonial à imaginação nacional,” no estudo da representação ficcional das mulheres, “donas,” da Zambézia. Partindo de uma perspectiva diacrónica, analisa o romance *Zambeziãna* (1927) de Filipe Emílio de Paiva, publicado sob o pseudónimo de Emílio San Bruno. Encontrando neste romance características simultaneamente e não exclusivos do exótico e do colonial, Mendonça estende o significado do campo da literatura colonial em que se integram textos fluídos e ambíguos. Debruçando-se concomitantemente sobre os livros *Dona Theodora e os seus moçungos* (1998) de Maria Soresen e *Oito Maridos de Dona Luíza Michaela da Cruz* (2017) de Adelino Timóteo, Mendonça demonstra como os mesmos eventos históricos e personagens, ou seja, as donas da Zambézia, são apropriadas pela ficção pós-colonial dos escritores moçambicanos, fazendo sobressair a diferença temporal sobre imaginário feminino.

Contribuições igualmente inestimáveis e que vêm abrir—e expandir—uma vertente da literatura colonial que se pode considerar duplamente marginalizada, ou seja, a do campo da escrita no feminino, são as de Jessica Falconi e Daniel F. Silva. Como enfatiza e confirma a asserção acima, Falconi na abertura do seu artigo em que analisa a obra *O Último Batuque* (1963) de Maria do Céu Coelho, “a literatura colonial portuguesa escrita por mulheres tem recebido escassa atenção nos estudos literários e culturais lusófonos.” A excepção, segundo Falconi, é a de Maria Archer (1899-1982), confirmada pelo artigo de Daniel F. Silva que sobre a sua obra se debruça. Para além de

posicionar a escrita de Maria do Céu Coelho no corpus mais vasto da literatura colonial, Falconi reflecte sobre a interação entre raça e género na obra de uma escritora da qual pouco se sabe em termos biográficos para além de ter colaborado na imprensa periódica de Moçambique. A escassez da produção colonial feminina assim como a sua difusa circulação e legitimidade institucional é também reflectida no escasso número de mulheres premiadas no Concurso de Literatura Colonial da Agência Colonial das Colónias, factor responsável não apenas para o surgimento de uma literatura colonial em Portugal como para a sua consolidação a partir de 1926, ano em que teve início. Analisando o papel e a presença das mulheres nas ex-colónias, Falconi remete-nos igualmente para o termo “ambivalência” na obra de Maria do Céu Coelho, um estado que parece permear tanto a escrita colonial feminina quanto alguma da masculina.

Embora Maria Archer seja uma das escritoras mais estudadas devido às suas contribuições para a emergência e consolidação de uma literatura feminina no século XX em Portugal, o artigo de Daniel Silva complexifica o papel da escrita de Archer no contexto colonial. Centrando-se no livro *Brasil, fronteira de África* (1963), para além de outras produções literárias da escritora, Silva demonstra como estes escritos são informados pelo feminismo colonialista de Archer, ou seja, uma reivindicação e articulação da agência feminina—branca e europeia—fundamentada no empreendimento colonial. Segundo Silva, a agência feminina branca reclamada por Archer e a sua significação contra sistemas patriarcais de dependência são imaginados dentro de um espectro colonial global de poder e de um sistema imperial que sistematicamente subjugou os corpos dos colonizados africanos, especialmente os das mulheres negras.

A fechar este número, o ensaio de Susana Antunes remete-nos não apenas para outro espaço, o cabo-verdeano, em oposição ao angolano e moçambicano explorado pelos outros artigos, mas também e na linha da oposição, à literatura anti-colonial, literatura esta cujos primórdios se encontram na literatura colonial, mas que contra ela se insurge, tornando-se numa literatura de resistência aos pressupostos do colonialismo. Antunes revisita dois romances do consagrado escritor Manuel Lopes (1907-2005), *Chuva Braba* (1956) e *Os Flagelados do Vento Leste* (1960), a partir de uma perspectiva revitalizada pela relação amorosa, em silêncio, do ser islenho com a Terra, na qual se podem estabelecer pontes e, quiçá, complexificar as fronteiras entre a literatura colonial e a anti-colonial se o pusermos em diálogo com a análise de Jessica Falconi. A natureza, o espaço colonial relacionado com a exploração tanto de animais como dos africanos entrelaça temáticas, motivações e visões tanto para os escritores coloniais como anti-coloniais.

Território textual de grande riqueza, a análise literária dos textos aqui reunidos não esgota certamente outras vias e possibilidades, deixando em aberto novos rumos para a literatura produzida em contexto colonial.

SANDRA SOUSA
UNIVERSITY OF CENTRAL FLORIDA

Obras Citadas

Boletim da Agência Geral das Colónias. Jan. 1926, p. 169.

Laranjeira, Pires. “A literatura colonial portuguesa.” *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, no. 20-21, 1997/1998, pp. 71-77.

Mata, Inocência. “Deslocamentos imperiais e percepções de alteridade: o caso da literatura colonial portuguesa.” *Abri!l*, vol. 8, no.16, 2016, pp. 89-102.

Noa, Francisco. *Império, Mito e Miopia. Moçambique como invenção literária*. Kapulana, 2015.